

IDENTIDADES E ASSOCIAÇÕES EM ANGOLA NO SÉCULO XVII: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA DE NZINGA M BANDI

Resumo: O presente artigo pretende analisar as identidades e associações da rainha Nzinga Mbandi, visando a compreender as estratégias utilizadas por ela para garantir a soberania de seu poder no Ndongo. Por meio da análise de alguns estudos e fontes que abordam a biografia da rainha, o artigo propõe uma análise a fim de percorrer as principais identidades assumidas por Nzinga durante sua vida. O objetivo é pensar as particularidades e individualidades, demonstradas pela pluralidade e transversalidade das identidades políticas e sociais de Nzinga, colaborando com os estudos comprometidos com a representação de mulheres africanas e o ensino de história.

Abstract: *This article aims to analyse the identities and associations of Queen Nzinga Mbandi, with the objective to understand the strategies used by her to guarantee the dominion of her power in Ndongo. By means of analysing the studies and sources that deal with the biography of the Queen, this study makes an analysis in order to trace the main identities assumed by Nzinga during her life. The purpose of this study is to consider the particularities, demonstrated by the plurality and transversality of Nzinga's political and social identities, collaborating with the studies committed to the representation of African women and the teaching of History.*

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A história, em uma perspectiva eurocêntrica, tem refletido sobre a rainha Nzinga Mbandi, como uma mulher violenta, cruel, de instintos animais e práticas consideradas demoníacas. A ela, nos escritos sobretudo de Cavazzi (1965), tem se atribuído uma imagem perversa de uma tirana déspota. Longe de construir uma figura idealizada de Nzinga, buscamos refletir acerca das associações construídas por ela para garantir a sua soberania nos reinos do Ndongo e da Matamba. As múltiplas identidades assumidas por Nzinga Mbandi, ao longo de sua trajetória, repleta de idas e vindas, nos permitem conferir a ela uma representação que refuta muitos escritos produzidos. Para nós, Nzinga Mbandi foi uma liderança que, apesar de ter o domínio sobre o poder militar, conferiu aos processos de resistência à escravização, muita diplomacia, estratégia e inteligência. Para proceder tal análise, o artigo se empenha em analisar fontes secundárias, que apresentam outros pontos de vista sobre a história de Nzinga. Dessa maneira, a dissertação produzida por Mariana Bracks Fonseca (2012), *Nzinga Mbandi e as guerras de resistências em Angola no séc XVII*, será utilizada como principal fonte e base desse artigo. Buscando inserir a experiência audiovisual na análise, o filme biográfico angolano *Njinga, rainha de Angola*, escrito por Joana Jorge e realizado por Sérgio Graciano e lançado em 2013, nos possibilita observar as representações construídas sob o olhar angolano. O estudo também se apoia no material produzido pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), que visa destacar a história de mulheres negras na história da África, *Njinga A Mbande, rainha do Ndongo e do Matamba*, lançado em 2014. O material traz uma pequena biografia da rainha, seguida de uma história em quadradinhos e algumas informações sobre as influências de Nzinga na diáspora brasileira.

Em levantamento em banco de dados e plataformas *online*, é possível encontrar muitos estudos que têm Nzinga Mbandi como central, em diversas abordagens, como de Pantoja (2010) que também

está focada nas representações da rainha e no processo de construção de sua identidade. Pantoja (2010) também busca refletir sobre as trajetórias de Nzinga a partir de um diálogo entre os principais estudos historiográficos, destacando a perspectiva da história atlântica. O processo de escolha das fontes desse trabalho está relacionado ao resultado de um estudo desenvolvido durante a disciplina "Biografia de Africanos" ofertada pelo departamento de história da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na categoria de formação transversal. Dessa maneira, o estudo tem suas limitações no que tange à metodologia historiográfica, devido ao campo de formação da autora. A intenção de traçar um paralelo com a produção da UNESCO busca aproximar um público não especializado, que atua em outras áreas e até mesmo a militância negra; com uma breve reflexão sobre o tema abordado.

A análise da pesquisadora e historiadora brasileira Mariana Bracks Fonseca é então aliada ao olhar angolano sobre Nzinga na produção audiovisual de narrativas que visibilizam a história angolana. O material produzido pela UNESCO é de extrema relevância na divulgação e reconhecimento de mulheres africanas e seu protagonismo nas lutas pela soberania dos povos africanos. Apesar de Fonseca (2012) afirmar que não tem a intenção de fazer uma biografia sobre Nzinga, seu trabalho nos traz muitas informações sobre a história de Nzinga e seus papéis determinantes para a resistência em Angola e, que afetaram diretamente o comércio de escravizados de Portugal no século XVII. A proposta de Fonseca (2012) estaria mais próxima à perspectiva de micro-história, que busca evidenciar os processos ocorridos no reino do Ndongo no século XVII, tendo Nzinga como referencial. O filme *Njinga*, por sua vez, nos traz a biografia da rainha em ordem cronológica, narrando seus principais conflitos e conquistas pelo povo Mbundo, na perspectiva dos angolanos e, portanto, resgata e apresenta o ponto de vista por parte dos "donos da terra" sobre Nzinga. O material produzido pela UNESCO também se apresenta como um material de suma importância, uma vez que surge na proposta institucional de visibilizar e

Melina Sousa da Rocha
Graduada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Contato
<rochamelina@hotmail.com>

Palavras-chave:
Nzinga Mbandi;
Angola; Biografia de Africanas.

Keywords: *Nzinga Mbandi; Angola; Biography of Africans.*

1 Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), 2014.

“publicizar” a biografia de Nzinga. O uso dos quadros como forma de trazer essa biografia também nos permite compreender uma nova maneira de apresentar as narrativas, sobretudo em contexto escolar. O compromisso em traçar paralelos da rainha Nzinga na diáspora também é um diferencial da produção, que promove a ligação de Nzinga com as práticas religiosas negras no Brasil.

Dessa maneira, pretendemos destacar, nas “biografias” de Nzinga Mbandi, as associações e identidades assumidas durante sua trajetória, resultantes de sua estratégia de resistência à colonização portuguesa. Seja como Ngola, Tembaza ou cristã, as identidades de Nzinga estão diretamente relacionadas às conexões trilhadas por ela para garantir a soberania do reino do Ndongo. As negociações com a coroa, o reconhecimento junto ao povo Mbundo, a associação com os Jagas/Mbangalas e a mobilidade e transversalidade dessas identidades serão exploradas nesse estudo, visando resgatar exemplos de que Nzinga conseguiu, mesmo diante das diversas

investidas de Portugal, mobilizar identidades políticas em defesa do Ndongo.

2 NZINGA MBANDI: A RAINHA DO NDONGO E DA MATAMBA

Nzinga Mbandi é considerada pela UNESCO uma das 25 figuras femininas mais importantes da história da África¹, como rainha africana nos Reinos do Ndongo e Matamba no século XVII e sua participação fundamental na resistência frente à colonização portuguesa. O Ndongo era um importante reino na África Centro-Oriental, com o poder centrado em um Ngola, responsável pela condução dos povos Mbundo, na região que hoje corresponde a Angola. O reino também se configurou pela presença de sobados, subordinados aos poderes centrais do Ngola. No século XVII, Luanda estava sob domínio português e controlava o litoral. Segue abaixo, o mapa ilustrando o domínio português e o domínio de Nzinga.



Figura 1: Mapa de Angola no século XVII. Disponível em: <<http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/nzinga-guerra-portugueses/>>.

2 Conforme os estudos de Fonseca (2012), kijiku (plural ijiku) eram a população não livre, que vivia nas aldeias e não pertenciam à linhagem dos Mbundo.

3 Conselho composto pelos homens mais velhos do reino.

O nome de Nzinga aparece grafado em alguns trabalhos como Njinga, Nginga e Ginga. Seguimos a grafia Nzinga, compreendendo o que foi fixado pelo Instituto de Línguas Nacionais de Angola em 1975 (FONSECA, 2012, p. 20). Nascida em 1581, Nzinga Mbandi, filha do Ngola Mbande Kiluange e de uma kijiku², de nome Canguela-Cacombe, tornou-se exemplo da existência do poder feminino nos reinos do Ndongo e no Matamba. Com o domínio de estratégias militares aprendidas com o pai e o uso da diplomacia, Nzinga Mbandi subverte as construções históricas masculinas e reafirma novos lugares nas sociedades africanas, como no comando e liderança dos exércitos. Nzinga hoje é lembrada pelos angolanos, como um exemplo na luta contra a colonização portuguesa, uma alternativa à escravização no século XVII. As fontes atribuem que sua morte se deu aos 82 anos, em 1663, sem ser capturada pelos portugueses.

Com a morte de Ngola Mbande Kiluange em 1617 (o pai de Nzinga), Ndongo passou a ser governado por seu irmão, Ngola Mbande que, conforme as tradições de linhagem patrilineares comum ao Ndongo, seria o sucessor ao trono. O irmão, porém, não tinha muita legitimidade junto aos Makotas³, os conselheiros do reino, bem como com o próprio povo Mbundo, que a ele não creditava o domínio dos poderes sobrenaturais e de controle na natureza. O governo português em Angola passa a promover uma série de ataques a Ndongo, que obriga Mbande a se esconder. Em seu exílio, Ndongo fica à mercê de invasões, guerras e fome.

Esses fatores fizeram com que Ngola Mbande, temendo a ameaça constante de tomada de trono por sua irmã, assassinasse o filho de Nzinga, seu sobrinho, como forma de garantir seu título. Nzinga, entristecida, se isola em seu quilombo, onde é, mais tarde, convocada pelo próprio irmão para exercer

o seu primeiro papel de embaixadora do reino do Ndongo (CAVAZZI, 1965; CARDONEGA, 1972 *apud* FONSECA, 2012). As guerras e conflitos seguiam em Ndongo e era necessário um acordo de paz.

Em 1622, Ngola Mbande conversa com Nzinga e decide enviá-la como embaixadora do reino do Ndongo à Luanda, para negociar a paz com os portugueses, uma vez que a guerra perdurava e trazia consequências graves para ambos os lados. Nesse encontro ficou evidente a destreza e articulação de Nzinga para comandar o reino, demonstrando estratégia e muita diplomacia junto aos portugueses, e ostentando, visualmente, várias insígnias de poder, como demonstrado nas fontes, com suas vestimentas. A demonstração de poder também se dá no exemplo famoso, em que ela usou uma mulher de sua comitiva como cadeira, menosprezando o tratamento que lhe foi dado pelos portugueses e na recusa de sentar um nível abaixo do governador – marcando sua soberania e negação a subserviência. Na ocasião, Nzinga aproveita a oportunidade para compreender as dinâmicas e relações de poder necessárias para que ela possa se afirmar como poder central do Ndongo. A conversão ao catolicismo lhe pareceu uma boa estratégia para adquirir a identidade de católica. Em 1622, Nzinga é batizada e recebe o nome de Dona Ana de Sousa (FONSECA, 2012).

Nzinga Mbandi retorna a Ndongo, não só com o acordo, mas também com planos para dominar o reino. Ciente da ausência de representação e debilidade de seu irmão, Nzinga assassina o seu sobrinho, filho de Ngola Mbande e provável sucessor ao trono. Em 1624, seu irmão, Ngola Mbande, morre de forma suspeita. Apesar de algumas fontes apontarem para Nzinga como responsável pela morte do irmão, Fonseca (2012) acredita que sua morte se deu pelo desgosto de não ver o acordo de 1622 cumprido. Assim, ela toma posse como soberana no Ndongo até 1626, quando Nzinga perde o trono e se recolhe em Matamba, estabelecendo sua nova capital para o reino em 1630.

Apesar do avanço crescente dos estudos que visam dar voz aos exemplos da resistência de africanos frente às investidas da colonização, pouco se tem investigado sobre as disputas de poder que tinham como centralidade a ação de mulheres africanas. As histórias oficiais estão permeadas de contradições e lacunas, resultantes de um olhar repleto de contradições de imaginários coletivos construídos por missionários e agentes da corte portuguesa, que demonstram a incompreensão frente aos sistemas políticos e sociais. Fonseca (2012) traz em seu trabalho não só uma perspectiva focada nas ações de Nzinga, como também faz uma análise visando desconstruir as imagens animalescas atribuídas às mulheres africanas, confrontando as representações sociais que os europeus atribuíram a elas. As biografias aqui usadas demonstram que Nzinga ocupou a liderança dos quilombos, garantindo frente nos combates em que foi necessário o uso da força militar e que, em sua maioria, foram vitoriosos. A destreza no manuseio das armas e das táticas de luta fizeram parte dos ensinamentos passados, desde criança, por seu pai.

A efetiva investida de Nzinga nas guerras de resistência também nos permite pensar em seu envolvimento direto no comércio transatlântico de escravizados, em que Nzinga também se beneficiou. Longe de problematizar esse aspecto de forma mais profunda, pretendemos apresentar a trajetória de uma rainha africana estratégica, que transita entre várias identidades para demonstrar o seu poder na África centro-oriental. Ciente de nossas limitações em poucas páginas para descrever a trajetória de Nzinga, segue abaixo uma linha cronológica com a qual é possível visualizar as datas principais que compõem a narrativa de Nzinga e, por consequência, uma compreensão histórica das identidades por ela assumidas na garantia de soberania junto a Ndongo e no Matamba.

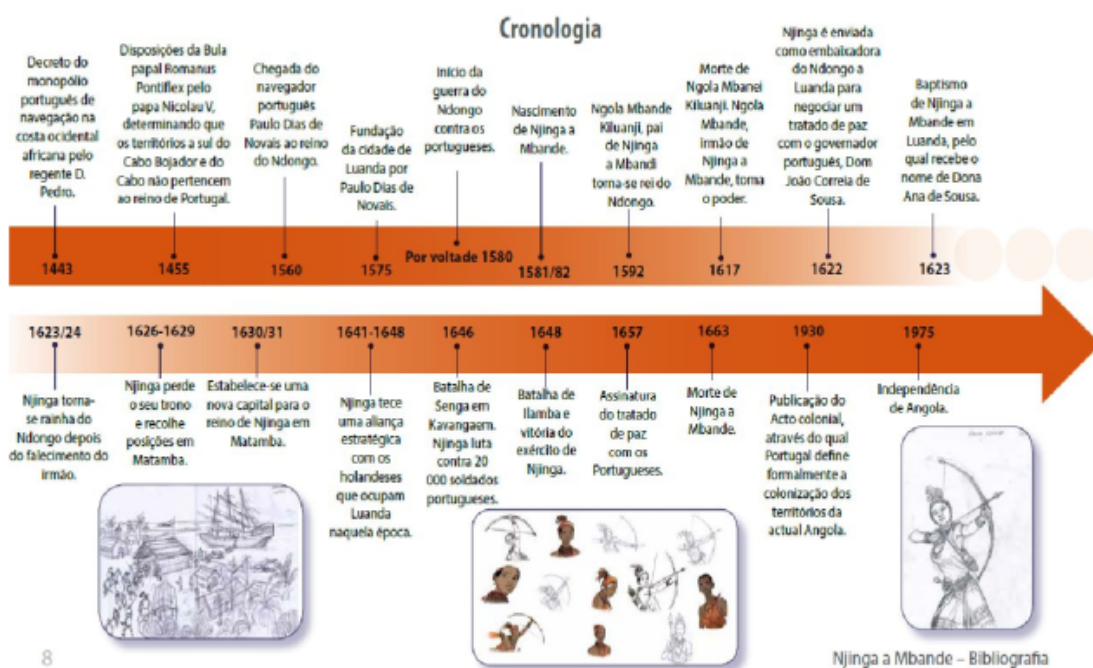


Figura 2: Cronologia presente no livro Nzinga a Mbande, rainha do Ndongo e do Matamba, produzido pela UNESCO.

3 BIOGRAFIAS DE AFRICANOS: ESTRATÉGIAS DE VOZ E VEZ PARA OS NEGADOS HISTORICAMENTE

A biografia como método tem sido adotada por pesquisadores de história social e história atlântica, como estratégia de visibilizar os sujeitos sócio-historicamente excluídos pela história tradicional (BEZERRA, 2011). A análise que privilegia os números e uma análise demográfica, impedem o conhecimento de particularidades nos estudos e promovem uma generalização acerca das realidades. O uso de famosas autobiografias como a de Baquaqua e Equiano, têm sido utilizadas com o intuito de compreender a história por outros pontos de vista que fogem o do colonizador branco e estão centradas em uma relação triangular que privilegia a Europa. A biografia como processo metodológico propõe uma nova forma de investigação da história que fuja à objetificação dos indivíduos africanos. A perspectiva feminista também agregou mudanças nos estudos históricos criticando as análises masculinizantes que perpassavam por um quadro marcado de distorções.

“Os investigadores, antropólogos, maioritariamente de origem anglo-saxônica mais se preocuparam com as representações da personalização do poder recriaram pela primeira vez uma imagem da força e fama no feminino, e com recurso a oralidade. Formou-se desde então um conceito da ‘mulheres grande ou ‘big woman’ que na sua qualidade de rainha (-mãe), sacerdotisa ou comerciante, serviu como alavanca contra o paradigma patriarcal da autoridade e poder no masculino de Meyer Fortes e outros. Por conseguinte, representações de mulheres africanas assumiram nesta perspectiva características geralmente atribuídas a homens em Europa. Não podemos esquecer que a maior parte da documentação escrita foi produzida por comerciantes, missionários e oficiais, invariavelmente do sexo masculino. Tanto o menosprezo como a idealização de mulheres africanas têm o seu origem nos opúsculos destes homens letrados e iluminados.” (HAAVIK, 2002, p. 4-5).

As fontes primárias que se encontram disponíveis sobre a história de África propagam narrativas de intermediários e representantes da Coroa Portuguesa, em sua grande maioria missionários e oficiais, que trazem consigo uma grande carga de estereótipos e visões fetichistas acerca das representações de mulheres africanas e homens africanos (HAAVIK, 2002).

Essas visões que corroboram uma construção de africanos e africanas como sujeitos perversos e incivilizados, estão bastante presentes nas fontes de Cavazzi (1965) e Cardonega (1972), bem como nos relatos de Fernão de Sousa, que muito se ocupou em construir uma imagem perversa de Nzinga para garantir seu fim. Privilegamos aqui, fontes recentes que buscam realocar e redirecionar os estudos sobre a Ngola. Ao utilizarmos mulheres e africanos como base para esse estudo, propomos também um olhar atrelado às relações de gênero e poder comuns sobre as hierarquias africanas, confrontando o olhar vitimista e generalizado focado na demografia.

Pretendemos, de forma modesta, suprir com a necessidade de educadores, sobretudo os que trabalham com conteúdo de história, de conhecimento e reconhecimento das histórias africanas e seus protagonistas. O conhecimento acerca da biografia de rainhas africanas como Nzinga, rompe com a ausência e invisibilidade do protagonismo africano na história do continente presente historicamente nos manuais didáticos e livros de literatura, assim como preenche a lacuna na formação dos professores e nos processos educativos do ensino de história.

4 AS IDENTIDADES PRESENTES NA TRAJETÓRIA DE NZINGA MBANDI

4.1 Dona Anna de Sousa

A primeira identidade assumida por Nzinga foi a de Ngambele, embaixadora do reino do Ndongo. As embaixadas eram comuns e presentes nas tradições do Ndongo, mas no caso de Nzinga, elas serviram para consagrar seu lugar nos assuntos políticos do reino. No filme *Njinga, rainha de Angola*, ela retorna da missão com o reconhecimento dos povos Mbundo, do próprio irmão e dos portugueses, assim como as demais fontes também relatam. As fontes também apontam que Nzinga ficou em Luanda por mais tempo, para além da audiência de negociação de paz. Ela esteve em recepções, reuniões e festas e se instalou em Luanda. Nos dias em que lá esteve, ela buscou interagir junto à corte, investigando e observando o comportamento de portugueses. Nos diálogos produzidos na ocasião, ela pôde compreender que sua conversão ao catolicismo lhe colocava estrategicamente mais próxima a um acordo de paz, como afirma Fonseca (2012). Uma das reivindicações do governo era a abertura do território para fins missionários. Adotar o catolicismo lhe daria algo em comum com a sociedade portuguesa e lhe garantiria maiores poderes junto a Coroa.

De acordo com Fonseca (2012), Nzinga já teria um contato anterior com o cristianismo e não acreditava na superioridade dessa religião sobre as práticas Mbundo. Sua conversão foi estratégica e adotada por ela de maneira política, promovendo relações de amizade junto a Coroa. Sua simpatia pelo governador João Correia era tanta, que ele mesmo foi seu padrinho de batismo, em 1622. Esse fato é, novamente, um exemplo do prestígio de Nzinga. Enquanto o governador fora seu padrinho, ele enviou um sacerdote negro de Matamba para batizar o irmão, Ngola Mbande, que se negou ao batismo, segundo consta, considerando uma afronta um escravo batizá-lo. Assim, Nzinga mobiliza a identidade católica muitas vezes para garantir seu poder.

O acordo por parte de Portugal, porém, nunca fora cumprido, e Ngola Mbande morre, deixando seu filho sobre os cuidados de Jaga Caza, que provavelmente não era um Jaga, apesar do nome. Os Jagas ou Mbangala eram muito presentes no território Mbundo e, em geral, eram bandos de identidade particular, nômades, que promoviam diversos conflitos na região. A associação de Nzinga aos Jagas, aparece em um terceiro momento, quando ela assume a identidade desse grupo.

4.2 Ngola Nzinga Mbandi, soberana do Ndongo

Muitos dos estudiosos dos reinos do Ndongo e

da rainha Nzinga debruçaram esforços em atribuir a ela uma imagem de usurpadora do trono, afirmando que o título de Ngola, que se traduz por rei, era masculina. Alguns deles se ocuparam em questionar a linhagem de Nzinga, afirmando que ela não poderia assumir o trono por ser filha ilegítima, e que Canguela Cacombe era uma escravizada. Fonseca (2012) desconstrói tais imagens, afirmando haver diversas inconsistências na compreensão das relações não monogâmicas do reino, no qual Ngola tinha várias esposas. Assim, a atribuição de sua mãe como escrava ou mesmo como concubina estava relacionada à noção europeia equivocada que os colonizadores tentavam atribuir às sociedades africanas. Nessas investigações, Fonseca (2012) constata a presença de outras Ngola, mulheres anteriores à Nzinga, no território do Ndongo. A autora desconstrói a ideia de que sua linhagem não era legítima, inscrevendo a discussão acerca dos Ijiku e de outros papéis na sociedade africana. Se Nzinga não fosse legítima na linhagem, seria questionada assim que ascendeu ao poder, tal como aconteceu no reinado de Ngola Are, filho de uma escrava de posse da irmã de Nzinga.

É importante salientar que, durante o período em que a rainha esteve sob o título de Ngola, no Ndongo, Nzinga tinha total legitimidade do povo Mbundu, como confirmam as fontes. O fato de que a rainha fazia frente às lutas e era habilidosa com o uso de armas também conferiu um poder excepcional a Nzinga, o que permitiu que ela pudesse vencer inúmeros conflitos territoriais, garantir a soberania do Ndongo e a associação e apoio de muitos sobas e colonos portugueses. Tal fato possibilitou que Nzinga fosse vista, então, como uma alternativa à escravização tanto para os povos Mbundo, como para outros povos. Diante disso, o século XVII ficou conhecido como o século das fugas. Escravos fugiam constantemente para o Kilombo de Nzinga, buscando apoio para evitar a escravização. Dentre eles estavam os Kimbares, escravos ou forros entregues como soldados pelos sobas à coroa portuguesa e excelentes militares, que auxiliaram no fortalecimento de Nzinga e consequente esfacelamento de colonos portugueses e sobas africanos.

A identidade de Ngola rendeu uma população diversificada que fugia da escravização, por meio de novas construções identitárias que rompiam com as estruturas tradicionais das etnias de origem – o que possibilitou, no final do século XVII, o surgimento de uma nova etnia chamada Jinga, demonstrando a força da configuração política no Kilombo de Nzinga e seu reconhecimento por parte da população. A Ngola fazia valer a sua posição e não aceitava de maneira alguma sua vassalagem, se recusando a cooperar com os portugueses.

O novo governador, Fernão de Sousa, havia assumido em 1624 e encontrado uma situação crítica no reino e, assim, passa a utilizar estratégias para deslegitimar o poder de Nzinga, a acusando de déspota e usurpadora do poder, alegando que ela deveria ser eliminada para garantir o retorno da paz. Em 1625, o governador nomeia Are a Kiluange para o poder e inicia uma campanha de perseguição a Nzinga, que governa o Ndongo sem qualquer legitimidade até mesmo dos Mbundo. Enquanto isso, Nzinga se fortifica em Kindonga, onde o sargento-mor Bento Banha Cardoso passa a promover investidas para capturá-la. Em 1626, os portugueses

invadem Kindonga, mas Nzinga consegue fugir. No mesmo ano, Are a Kiluange morre em uma epidemia de varíola, acontecimento que, conforme Fonseca (2012), é associado ao fato de Nzinga ter o domínio sobre a feitiçaria e controle sobre as curas e doenças.

4.3 Nzinga Tembaza

Na fuga, Nzinga mobiliza alguns sobas do Kwanza e se alia a Jaga Caza Cangola, responsável pela guarda de seu sobrinho. Assim como narra Fonseca (2012), no filme *Jinga* Nzinga se utiliza dessa associação para eliminar seu sobrinho. Sem aprofundar em tal questão, o importante a se destacar é que essa aliança resultou na aquisição do título de Tembaza junto aos Jagas. O título, que significa “senhora dona da casa” possibilitava que ela atuasse como sacerdotisa do unguento “Magi a Samba”, que era capaz de tornar os guerreiros invencíveis. A prática, de acordo com Fonseca (2012), consistia em proteger o Kilombo por meio das Kijilas, leis que proibiam várias coisas como, por exemplo, a configuração das linhagens. Assim, as mulheres que engravidavam eram obrigadas a ter os filhos longe do quilombo, e os recém-nascidos eram mortos e prensados até formarem o unguento. Tal ação, garantia a não presença de hereditariedade junto aos Jagas e sua consequente imortalidade. Nzinga retorna à Kindonga com o Jaga e aciona mais uma vez a identidade de cristã, o que demonstra como as identidades de Nzinga eram instáveis e acionadas conforme seus interesses.

Nzinga e Jaga Caza Cangola buscam um acordo enviando presentes a Ambaca pelo Mani Lumbo. Diante da descrença de Portugal em negociar de forma pacífica com Nzinga, eles acabam matando Mani Lumbo, pois Nzinga seguia atacando militarmente os portugueses. A morte resulta no abandono de Nzinga por Jaga, que não aceitava as ações violentas de Nzinga. Tal fato, narrado por Fonseca (2012), contradiz a perspectiva do filme *Jinga*, que atribui o abandono à morte do sobrinho de Nzinga. Ainda assim, Nzinga continua liderando os Jagas, mas a relação era instável e repleta de traições. Em 1629, o quilombo de Nzinga é novamente atacado e ela foge em uma luta fantástica, abandonando as irmãs Kifunge e Mocambo, que são presas pelos portugueses. As fontes narram a fuga como um acontecimento surreal. Fonseca (2012) apresenta relatos de Nzinga fugindo por um despenhadeiro de cipós, enquanto o filme *Njinga* mostra uma fuga por meio de um grande abismo formado por cataratas.

CONCLUSÃO

Buscamos, de maneira reduzida e limitada, trazer alguns aspectos da biografia de Nzinga, circundados nos diversos papéis por ela desempenhados ao longo de sua trajetória e em suas estratégias para garantir sua soberania no Ndongo. Nzinga morreu aos 82 anos, em 1663, sem nunca conseguir ser capturada pelos portugueses. Todas as estratégias trilhadas por meio de suas diversas identidades foram essenciais para garantir sua sobrevivência e enfrentamento frente a colonização portuguesa. Durante anos de colonização e ainda hoje, a literatura angolana tem buscado resgatar os mitos e histórias partilhadas não só pelos Mbundo, como também por vários grupos étnicos em Angola. No Brasil, têm

sido produzidos materiais que trazem a história de Nzinga Mbandi e a destacam como uma guerreira e líder, um exemplo da resistência em Angola. É reverenciada como uma mulher negra, africana e letrada que foi capaz de frustrar os planos da Coroa, não só os de expansão do tráfico de escravos, mas também de bloquear e impedir, por muitos anos, a colonização e subalternização no Ndongo. O material produzido pela UNESCO ainda nos traz a impor-

tante influência da rainha Nzinga nas religiosidades de matriz africana no Brasil, em que é reinventada como a Nkissi Matamba no Candomblé Angola e também celebrada nos congados, sobretudo em Minas Gerais. A existência de Nzinga, hoje, nas pesquisas, supre a grande lacuna de figuras de mulheres africanas, fortalecendo uma nova perspectiva no ensino de História nas escolas públicas e fortalecendo as reivindicações dos movimentos negros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEZERRA, Nielson Rosa. (2011), "Escravidão, biografias e a memória dos excluídos". *Revista Espaço Acadêmico*, 11, 126: 136-144..
- FONSECA, Mariana Bracks (2012), *Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola. Séc. XVII*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, datilo.
- HAVIK, Philip J. (2002), "A dinâmica das relações de gênero e parentesco num contexto comercial: um balanço comparativo da produção histórica sobre a região da Guiné-Bissau séculos XVII e XIX." *Afro-Ásia*, 27: 79-120.
- NJINGA, rainha de angola. Direção: Sérgio Graciano. Angola: Semba Comunicação, 2013. 1 DVD (109min), son., color.
- PANTOJA, Selma. (2010), "O ensino da história africana: metodologias e mitos – o estudo de caso da rainha Nzinga Mbandi". *Revista Cerrados*, 19, 30: 315-328.
- UNESCO. (2014), "Njinga A Mbande, rainha do Ndongo e do Matamba", in nome do autor e sobrenome do autor (orgs.) *Série UNESCO mulheres na história de África*, UNESCO, Paris.



Recebido em 14 de dezembro de 2016

Aprovado em 10 de novembro de 2017